

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIANO DE LACERDA GURSKI

A RELEVÂNCIA DOS ENCONTROS PRESENCIAS PARA A QUALIDADE DA  
FORMAÇÃO À DISTÂNCIA: A EXPERIÊNCIA DA ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIAS  
INTEGRADAS NA EDUCAÇÃO CIPEAD/UFPR

CURITIBA  
2011

LUCIANO DE LACERDA GURSKI

A RELEVÂNCIA DOS ENCONTROS PRESENCIAS PARA A QUALIDADE DA  
FORMAÇÃO À DISTÂNCIA: A EXPERIÊNCIA DA ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIAS  
INTEGRADAS NA EDUCAÇÃO CIPEAD/UFPR

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título de  
especialista curso Mídias Integradas na Educação  
da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Daniel Henrique

CURITIBA  
2011

## Sumário

1.Introdução .....	4
2. Metodologia .....	4
3. Objetivo Geral.....	5
3.1 Objetivos específicos .....	5
4. Justificativa .....	5
5. Fundamentação Teórica .....	6
5.2 Aspectos legais .....	6
5.3 Referenciais de qualidade para EaD.....	11
6. O curso de Mídias Integradas na Educação ofertado pela Universidade Federal do Paraná.....	15
7. A importância dos Encontros Presenciais – o ponto de vista do estudante.....	17
7.1 Amostra .....	17
7.2 Instrumento e análise dos resultados.....	17
8. Conclusões .....	26

## 1.Introdução

A oferta de educação à distância tem crescido, e se configurado como uma possibilidade de acesso ao conhecimento aqueles que por algum motivo não tem acesso a um curso presencial. Ao mesmo tempo configura-se como uma modalidade de ensino mais barata, e cuja qualidade vem historicamente sendo posta em cheque.

Com novos recursos e uma maior democratização no acesso à tecnologia novas maneiras de se fazer EaD surgem, reacendendo a discussão sobre suas potencialidades. Porém, no atual estágio de desenvolvimento, a legislação nacional obrigada os cursos à distância a realizar encontros presenciais, nos quais inclusive devem ser realizadas avaliações, que se sobrepõe às outras realizadas à distância.

Seria possível um ensino de qualidade sem a presença constante do professor? Em que sentidos a presença física do aluno em um curso se torna importante para a qualidade de sua formação? Os recursos disponíveis para o ensino à distância hoje já permite um processo no qual o encontro físico entre educandos tutores e professores se faça desnecessário?

Esse trabalho pretende investigar a importância dos encontros presenciais da especialização em mídias integradas na educação, oferecida pela CIPEAD/UFPR, analisando suas justificativas oficiais, formato, avaliação dos cursistas, tutores e gestores.

## 2. Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, utilizando entrevistas semi-estruturadas e revisão de bibliografia.

Para esse estudo foram analisados documentos legais que versam sobre a EaD e os encontros presenciais, cruzando com o que se tem produzido no âmbito acadêmico quanto a essa modalidade de ensino. Foi realizado ainda entrevistas com alunos e gestores do referido curso afim de avaliar a percepção destes quanto a

importância e o caráter dos encontros presenciais realizados.

### 3. Objetivo Geral

Analisar o papel dos encontros presenciais realizados na especialização em mídias integradas na educação oferecida pela CIPEAD/UFPR.

#### 3.1 Objetivos específicos

- Compreender a concepção de encontro presencial apresentada pelos documentos legais, pela proposta do curso e pelo entendimento dos alunos;
- pontuar os principais aspectos relacionados aos encontros presenciais;
- Pesquisar a opinião dos cursistas sobre a relevância dos encontros presenciais;

### 4. Justificativa

Embora a EaD venha se desenvolvendo, tanto quanto ao número de cursos e vagas ofertadas quanto às ferramentas e formatos, ainda não prescinde dos encontros presenciais.

A legislação vigente exige a realização destes. Porém é necessário ampliar o entendimento sobre a necessidade, formato e objetivos destes encontros, pois a legislação pode refletir o que se pensa sobre a EaD, ou pode estar defasada com relação com as novas possibilidades de EaD que se tem construído, e portanto ser revista.

Uma vez aceita a necessidade da realização destes encontros, há a necessidade de se questionar qual a relevância destes para a formação do educando.

Que aspectos estão presentes nos encontros presenciais e que não se encontra nos espaços à distância? Em que medida esses aspectos contribuem para a qualidade da formação do educando? Quais as diretrizes gerais para que esses encontros se justifiquem sob o ponto de vista pedagógico?

Na medida que novas ações são desenvolvidas em EaD, como o exemplo da

especialização em mídias integradas na educação, ofertada em parceria pelo Ministério da Educação e Universidade Federal do Paraná, visando oportunizar a formação continuada em nível de pós graduação para professores que atuam na rede pública de ensino, torna-se necessário analisar o desenvolvimento destas buscando subsídios para que se possa continuar desenvolvendo e qualificando essas ações.

Compreender a importância dos encontros presenciais realizados no referido curso sob o ponto de vista dos diversos atores envolvidos oferece subsídios para que se possa aperfeiçoar os encontros presenciais futuros deste e de outros cursos à distância, ao mesmo tempo que oferece subsídios para estudantes e pesquisadores da área possam compreender iniciativas como essa de forma mais ampla, e portanto, agindo de forma mais consciente.

## 5. Fundamentação Teórica

### 5.2 Aspectos legais

A educação à distância é compreendida como uma modalidade de ensino. Embora esteja prevista desde a lei de diretrizes e bases da educação de 1996 (BRASIL, 1996), percebemos principalmente na última década um salto quantitativo no número de cursos e vagas ofertadas. (INEP, 2001).

O fato de ser reconhecida como uma modalidade de ensino confere legitimidade legal para esta forma de ensino, como podemos perceber no decreto 5.622, de 19 de Dezembro de 2005, que em seu artigo primeiro destaca:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (Brasil, 2005).

Percebemos neste documento, além da caracterização do que se entende por EaD, o fato de que professores e estudantes desenvolvem atividades educativas em lugares e tempos diversos. Esta seria uma das vantagens desta modalidade de

ensino, pois permite que cada educando desenvolva as atividades de acordo com suas possibilidades de tempo e ritmo de aprendizagem, somado à possibilidade de que os cursos em EaD possam chegar a locais nos quais ainda não é possível a realização de cursos presenciais, como confirma a iniciativa do governo federal ao criar a UAB (Universidade Aberta do Brasil);

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal. O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apóia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas. (UAB, 2010).

Iniciativas como a da UAB fazem parte de um esforço de se ampliar o acesso a formação, tanto inicial quanto continuada, principalmente por parte daqueles que não tem acesso ou condições de cursar cursos presenciais.

Favorável a esta modalidade de ensino estaria o menor custo e a possibilidade de atender a um maior número de pessoas, destacando-se a interiorização da formação, uma vez que as instituições tendem a se aproximar dos grandes centros e via de regra aquelas pessoas que residem em locais mais distantes são as que possuem menor nível de acesso aos cursos de formação.

Por outro lado existe a preocupação de que ao se oferecer o ensino à distância deixe-se de construir esforços para ofertar cursos presenciais justamente onde eles tem menos alcance. Implícito nesta preocupação está a possibilidade de que os cursos à distância não consigam atingir o mesmo nível de formação daqueles que se realizam de forma presencial.

Esta discussão encontra-se em constante desenvolvimento, pois a EaD tem mudado muito rapidamente, de forma que novas estratégias e ferramentas oportunizam outros padrões de qualidade. Apesar das inovações tem se preservado os encontros presenciais como ferramenta desta modalidade de ensino, o que pode indicar que não existe a confiança ou a confiabilidade de um processo que se de

sem a presença física de um professor ou tutor.

Esta discussão não se restringe apenas ao aspecto pedagógico, ou seja, se a EaD pode oportunizar a mesma qualidade de ensino que a educação presencial, mas sim quais as ferramentas para fiscalizar se o estudante que esta sendo certificado é realmente aquele que participou dos cursos.

Tanto é verdade esta preocupação que nos textos legais encontramos poucas referências à questão qualitativa, porém na maioria das vezes relaciona a necessidade dos encontros presenciais com a necessidade da realização de avaliações nestes. Como nos mostra o inciso 1º do já citado decreto:

§ 1º A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:  
I- avaliações de estudantes;  
II- estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;  
III- defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente;  
IV- atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso. (Brasil, 2005).

Dos itens destacados por este documento percebemos que dois se direcionam diretamente à avaliação, denotando a idéia de que é preciso se certificar de que o estudante adquiriu os conhecimentos necessários para receber a certificação, pois em nenhum momento do texto busca estabelecer relações entre estas e a qualidade do ensino.

Os outros dois itens se direcionam a aquelas atividades entendidas como “práticas”, no sentido da experimentação, só possíveis se o estudante estiver presente nos locais nos quais estes acontecem, ou seja, nos laboratórios ou no local onde acontecerão as atividades laborais.

Destaca-se, nesta passagem ainda, a evidenciação de que existem aspectos próprios da EaD que diferem da educação presencial, embora não indique quais seriam estas.

No artigo 4º encontramos novamente a referência à importância da verificação presencial dos conhecimentos obtidos pelos estudantes:

Art. 4º A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:  
I- cumprimento das atividades programadas; e  
II- realização de exames presenciais. (Brasil, 2005).



Não basta, portanto, que o estudante cumpra com todas as atividades e avaliações decorrentes do curso, é necessário que ele demonstre presencialmente, sob a tutela de um tutor ou professor, a quem credita-se o papel de fiscalizar e atestar a veracidade da avaliação realizada, que de fato possui os conhecimentos estudados durante o curso.

Desta forma não é de se estranhar que o referido decreto defina que:

§ 2º Os resultados dos exames citados no inciso II deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância.

(...)

III- explicitar a concepção pedagógica dos cursos e programas a distância, com apresentação de:

- a) os respectivos currículos;
- b) o número de vagas proposto;
- c) o sistema de avaliação do estudante, prevendo avaliações presenciais e avaliações a distância; e
- d) descrição das atividades presenciais obrigatórias, tais como estágios curriculares, defesa presencial de trabalho de conclusão de curso e das atividades em laboratórios científicos, bem como o sistema de controle de frequência dos estudantes nessas atividades, quando for o caso. (Brasil, 2005).

Embora durante todo o curso o estudante esteja sendo chamado a desenvolver atividades e interagir com as diferentes ferramentas e conhecimentos, aquele conhecimento demonstrado perante o professor ou tutor é que determinará seu rendimento final, e portanto sua aprovação ou não. Este fato coloca em cheque a própria qualidade do curso desenvolvido, pois se é necessário esses momentos presenciais para comprovar os conhecimentos, e se a avaliação destes se sobrepõe as outras, qual a importância da participação do estudante durante todas as etapas do curso? Já existem ferramentas suficientes para que se possa avaliar e atestar de forma segura os conhecimentos adquiridos por um estudante sem que para isso seja necessário um encontro presencial? Caso não, seria suficiente que se criasse sistemas para certificar que o estudante que faz o curso é realmente quem afirma ser, e ainda que é ele mesmo quem realiza as tarefas, para que a necessidade de encontros presenciais se desfizesse?

Parte-se do pressuposto que a qualidade de um curso à distância não se dá apenas pelo nível de aprendizado oferecido, mas também pelas condições de afirmar sua veracidade, legitimando-o não apenas pelos conhecimentos, mas pelo reconhecimento social da credibilidade do curso.

Esta preocupação justifica-se também pelo histórico da EaD onde percebe-se um certo grau de desconfiança desta com relação ao ensino presencial.

Outros documentos já indicam a mesma preocupação indicada por este decreto. Como exemplo, a portaria de nº 4.059, de 10 de Dezembro de 2004, anterior portanto a este decreto, define que:

§ 3º As avaliações das disciplinas ofertadas na modalidade referida no caput serão presenciais.

Art. 2º A oferta das disciplinas previstas no artigo anterior deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, entende-se que a tutoria das disciplinas ofertadas na modalidade semi-presencial implica na existência de docentes qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico do curso, com carga horária específica para os momentos presenciais e os momentos a distância. (DOU de 13/12/2004, Seção 1, p. 34).

Antes deste documento, encontramos a resolução do CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação:

§1º Os cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos a distância devem, necessariamente, incluir provas e atividades presenciais.

§2º Os exames de qualificação e as defesas de dissertação ou tese dos cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos a distância devem ser presenciais, diante de banca examinadora que inclua pelo menos 1(um) professor não pertencente ao quadro docente da instituição responsável pelo programa.

Art. 11 Os cursos de pós-graduação lato sensu a distância só poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela União, conforme o disposto no § 1º do art. 80 da Lei 9.394, de 1996.

Parágrafo único. Os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

Não é de se estranhar que a legislação indiquem uma maior preocupação com aspectos formais do que com os aspectos pedagógicos da modalidade de ensino, pois há de se garantir autonomia para que as instituições que ofertam os cursos e as diversas áreas de conhecimento definam os parâmetros de qualificação pedagógica necessários para seus objetos de estudo.

Contudo, a não existência de parâmetros pedagógicos pré-definidos pode gerar um quadro onde se realiza encontros presenciais meramente para atender a legislação, mesmo que estes não tenham quaisquer ou muito pouca influência sobre

o nível e qualidade dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes.

Por isto, além dos documentos que regularizam a EaD, encontramos orientações do Ministério da Educação e das instituições mantenedoras, que indicam os parâmetros mínimos necessários para a qualidade dos cursos de Ead.

### 5.3 Referenciais de qualidade para EaD.

A legislação busca garantir as condições mínimas para que se tenha cursos à distância com qualidade. Contudo não podem definir os parâmetros pedagógicos, tendo em vista a variedade de formatos de cursos e conhecimentos possíveis de serem ensino à distância.

Desta forma torna-se necessário se pensar alguns referenciais de qualidade no sentido de orientar as instituições que desenvolvem ensino à distância para que ofereçam cursos com bom nível de qualidade.

Existem alguns documentos que auxiliam na elaboração de propostas de cursos à distância, sendo referenciais de qualidade para a EaD.

O Ministério da Educação (MEC) desenvolveu o documento “Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância” com esse propósito. (BRASIL, 2007).

Neste documento percebemos em diversos momentos a preocupação com os encontros presenciais.

Já na apresentação encontramos:

Outro fator importante para o delineamento desses referenciais é o debate a respeito da conformação e consolidação de diferentes modelos de oferta de cursos a distância em curso em nosso país. Neste ponto, é importante destacar a inclusão de referências específicas aos pólos de apoio presencial, que foram contemplados com as regras dos decretos supracitados e pela Portaria Normativa nº 2, de janeiro de 2007. Destarte, o pólo passa a integrar, com especial ênfase, o conjunto de instalações que receberá avaliação externa, quando do credenciamento institucional para a modalidade de educação a distância. (Brasil, 2007, p.3).<sup>1</sup>

Entende-se, portanto, que existe a necessidade de um centro de referência presencial, um pólo, onde o aluno pode encontrar auxílio pedagógico (normalmente

---

1 Os decretos citados são Decreto 5.622, de 20 de dezembro de 2005, Decreto 5.773 de junho de 2006 e das Portarias Normativas 1 e 2, de 11 de janeiro de 2007.

oferecido por um tutor), como a estrutura administrativa necessária. Subtende-se, portanto, que não é possível a realização de um curso superior à distância no qual o aluno conte apenas com seus próprios recursos para fazê-lo, há a necessidade de oferecer acesso a estes recursos.

Contudo a utilização destes espaços depende do formato do curso ofertado:

Não há um modelo único de educação à distância! Os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. A natureza do curso e as reais condições do cotidiano e necessidades dos estudantes são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada, bem como a definição dos momentos presenciais necessários e obrigatórios, previstos em lei, estágios supervisionados, práticas em laboratórios de ensino, trabalhos de conclusão de curso, quando for o caso, tutorias presenciais nos pólos descentralizados de apoio presencial e outras estratégias. (Brasil, 2007, p. 7).

Destaca-se a especificidade de cada curso, de cada conhecimento que se deseje ensinar. A necessidade de laboratórios e estágios indicam que existem certos conhecimentos que não podem ser apreendidos, ou deseja-se que sejam aprendidos na vivência pelo aluno, exigindo então encontros presenciais e estrutura própria para fazê-los.

A especificidade de cada curso e a necessidade de unidades pólos com tutores para atendimento presencial parece consenso entre as instituições que ofertam cursos à distância, para além do que já exige a lei.

No portal da UAB, por exemplo, encontramos a seguinte passagem:

Conforme já esclarecido, os cursos da UAB/UnB são desenvolvidos na modalidade a distância, mas possuem inúmeras atividades presenciais nos Polos de Apoio Presencial.

(...) No entanto, o número do total de encontros presenciais varia de acordo com as necessidades de cada disciplina. São os professores-autores/supervisores que definem a quantidade de encontros presenciais semestrais/bimestrais necessários à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem de suas disciplinas. (UAB, 2010).

Contudo não é só sob o ponto de vista técnico que se avalia a qualidade de um curso a distância, pois;

Apesar da possibilidade de diferentes modos de organização, um ponto deve ser comum a todos aqueles que desenvolvem projetos nessa modalidade: é a compreensão de EDUCAÇÃO como fundamento primeiro, antes de se pensar no modo de organização: A DISTÂNCIA. Assim, embora a modalidade a distância possua características, linguagem e formato próprios, exigindo administração, desenho, lógica, acompanhamento, avaliação, recursos técnicos, tecnológicos, de infra-estrutura e pedagógicos condizentes, essas características só ganham relevância no contexto de uma discussão política e pedagógica da ação educativa. (idem, ibidem, p.7).

Contudo, a preocupação quanto a fidelidade do curso, afim de evitar fraudes quanto a identidade dos alunos é exaltada ao se mencionar os encontros presenciais:

As avaliações da aprendizagem do estudante devem ser compostas de avaliações a distância e avaliações presenciais, sendo estas últimas cercadas das precauções de segurança e controle de frequência, zelando pela confiabilidade e credibilidade dos resultados. Neste ponto, é importante destacar o disposto no Decreto 5.622, de 19/12/2005, que estabelece obrigatoriedade e prevalência das avaliações presenciais sobre outras formas de avaliação. (BRASIL, 2007, p.17).

Porém a preocupação não é apenas formal. Embora a EaD baseie-se em um alto nível de independência do estudante, há momentos nos quais este não pode evoluir na aprendizagem sem o auxílio de uma pessoa responsável pelo curso e que domine os conhecimentos ensinados.

Esta pessoa dificilmente é o mesmo professor que elabora os conteúdos, pois estes são especialistas em suas áreas contratados para desenvolver o material do curso, e não costumam dispor de muitas horas em seus contratos para acompanhamento do curso, com exceção a algumas aulas presenciais e fóruns específicos.

Na maior parte do tempo a pessoa responsável por este acompanhamento mais próximo é o tutor.

Segundo as referências do MEC:

A tutoria presencial atende os estudantes nos pólos, em horários pré-estabelecidos. Este profissional deve conhecer o projeto pedagógico do curso, o material didático e o conteúdo específico dos conteúdos sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação a conteúdos específicos, bem como ao uso das tecnologias disponíveis. Participa de momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios e estágios supervisionados, quando se aplicam. O tutor presencial deve manter-se em permanente comunicação tanto com os estudantes quanto com a equipe pedagógica do curso. (Brasil, 2007, p. 22).

A relação entre tutor, equipe pedagógica e alunos é fundamental para a qualidade de um curso. Isto porque o tutor deve oferecer o feedback à equipe pedagógica sobre o desenvolvimento das atividades, para que esta possa realizar os ajustes, e os alunos, de forma a auxiliá-los e construir um diagnóstico no desenvolvimento do curso.

Caso o tutor não consiga desenvolver suas funções como o recomendado por este documento, a qualidade do curso poderia estar seriamente em risco, pois de um lado não seria capaz de auxiliar os alunos a superarem as dificuldades encontradas, podendo assim impedir o seu desenvolvimento, e de outro, não auxiliar a equipe pedagógica no aperfeiçoamento material, das atividades e avaliações, resultando em um curso distante da realidade dos alunos e com uma eficácia duvidosa.

Contudo, o aluno não terá contato com o tutor apenas nos encontros presenciais, pois espera-se que este disponha de uma carga horária disponível para atender aqueles que desejam no pólo de apoio presencial.

Por outro lado, caso o aluno não sinta necessidade de auxílio e considere-se capaz de todas as atividades sem auxílio pode abdicar destes espaços de encontro presencial, estando então obrigado apenas a participação nos encontros presenciais por conta da frequência e das avaliações, que segundo a legislação devem ser preponderantes com relação aquelas realizadas à distância.

Por isto existe uma preocupação com a estrutura do pólo presencial. Segundo este documento, o pólo presencial deve dispor de:

Um laboratório de informática no pólo de apoio presencial deve possuir, minimamente, recursos de multimídia e computadores modernos, com leitoras de DVD e/ou CD, ligados em rede com acesso a Internet banda larga. Também é requisito importante que esse laboratório possua refrigeração e iluminação apropriadas, bem como estar equipado conforme as especificidades dos cursos que atenderá. (Brasil, 2007, p. 27).

Um fator que limita o desenvolvimento e qualidade dos cursos ofertados à distância é o acesso aos recursos tecnológicos e a habilidade de operá-los.

A necessidade da existência de pólos devidamente equipados busca garantir a aqueles estudantes que não dispõem de recursos próprios possam participar dos cursos. Contudo, se houver a necessidade do estudante se deslocar até a unidade pólo para realizar o curso uma das maiores vantagens da EaD estará comprometida, ou seja, a não necessidade de deslocamento e a flexibilidade de horário. Embora a realização de um curso de EaD utilizando-se o pólo seja mais flexível que um curso presencial, pois o aluno ainda pode organizar seus horários e desenvolver as atividades em seu próprio ritmo, ao depender da estrutura do pólo está restrito aos horários de funcionamento destes e das condições de transporte até ele.

Uma vez resolvidas as questões de acessibilidade, existe outro fator limitante

no desenvolvimento qualitativo de um curso à distância: domínio da tecnologia e das ferramentas necessárias.

Hoje predominam os cursos que se realizam com base na informática, principalmente a internet. Entendida como uma mídia, esse recurso comporta linguagens e formas de comunicação e interpretação próprias. O não domínio dos recursos disponibilizados e das formas de interação podem gerar um quadro no qual o aluno não consiga interagir adequadamente com o curso e seus colegas. Caso ele tenha dificuldades com a digitação, por exemplo, poderá encontrar dificuldades em postar suas idéias em um fórum ou diário.

Por não dominar a linguagem própria destes recursos, pode não compreender a estrutura organizacional de um fórum, respondendo em tópicos que não os desejados ou até mesmo criando novos tópicos sem necessidade.

Existe o risco ainda de que as ferramentas ofertadas sejam compreendidas apenas como tarefas a serem cumpridas, comprometendo a qualidade de sua participação. Neste contexto, pode, por exemplo, postar sua participação em um fórum e não acompanhar mais o desenvolvimento das discussões.

Os esforços para consolidação da educação a distância tem se ampliado, principalmente no âmbito da educação, pela falta de professores qualificados ou pela falta de formação continuada para muitos professores. Tendo em vista esta necessidade, aliada a necessidade de ações a curto prazo e o limite de investimento disponível tem se investido em políticas de formação de professores, sendo uma das principais estratégias a EaD.

O propósito deste trabalho é analisar uma dessas ações, a especialização em mídias integradas na educação, ofertada pela Universidade Federal do Paraná em parceria com o Ministério da Educação que visa ofertar formação em nível de pós-graduação no uso de mídias na educação.

## 6. O curso de Mídias Integradas na Educação ofertado pela Universidade Federal do Paraná.

O curso de mídias integradas na educação é uma resultado de uma parceria entre o MEC e as universidades públicas para ofertar formação continuada à

professores e profissionais de educação.

Este curso teve início em 2006 quando:

Validado o piloto, o Programa Mídias na Educação foi desenhado em distintos Módulos, cuja elaboração ficou a cargo das Universidades parceiras, constituindo-se em três Ciclos: Ciclo Básico e Ciclo Intermediário, com certificação de Extensão e Ciclo Avançado, com certificação de Especialização. Em 2006 foi oferecido o Ciclo Básico para 10.000 profissionais da Educação em todo o Brasil. Na UFPR foram capacitados 288 professores e profissionais da Educação Básica do Estado do Paraná. (UFPR, 2011, p.4).

Nos anos iniciais o curso era ofertado como curso de extensão, onde cada módulo tinha uma carga horária específica e certificação própria. Para aqueles que concluíram os dois primeiros módulos, básico e avançado, foi possibilitado a participação do módulo avançado, que passa então a ser a especialização em mídias integradas à educação, com o curso se adequando portanto à legislação e as normatizações dos cursos de pós-graduação.

Dando continuidade ao Programa Mídias na Educação na UFPR, a CIPEAD tem a satisfação de implantar, no ano de 2010, o Curso de Especialização em Mídias Integradas na Educação – Ciclo Avançado, visando à formação de aproximadamente 500 especialistas a cada ano de oferta. (idem, ibdem,p.5).

A realização destes esforços vem de encontro à necessidade da oferta de educação continuada aos profissionais da educação, que, ao mesmo tempo que necessitam destes espaços, não dispõem de tempo e condições de acesso a cursos presenciais.

Segundo o material introdutório deste curso:

O objetivo geral do Curso de Especialização em Mídias Integradas na Educação é promover, por meio de Universidade que desejarem desenvolvê-lo, o aperfeiçoamento, em nível de pós-graduação lato sensu, dos profissionais da Educação Básica da rede pública de ensino do país, como forma direta de contribuir para a melhoria da qualidade da Educação brasileira, considerando como fator decisivo o uso integrado das mídias no processo educativo. (UFPR, 2011, p.6).

Para isto o curso tem a duração de oito meses:

O Curso terá carga horária de 360 (trezentos e sessenta) horas (Resolução 42/03-COUN/UFPR), distribuídas em 8 (oito) meses, com acréscimo de 5 (cinco) meses para a conclusão de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). (idem, ibdem, p.9).

Este curso termina em fevereiro de 2011 com a apresentação dos trabalhos



de conclusão de curso, configurado-se como a primeira turma formada por este curso em nível de especialização.

## 7. A importância dos Encontros Presenciais – o ponto de vista do estudante.

### 7.1 Amostra

A pesquisa foi realizada com estudantes do curso de especialização em mídias integradas na educação, ofertado pelo Núcleo de Educação à Distância da Universidade Federal do Paraná, no ano de 2010.

Os estudantes são professores da rede estadual de ensino do Paraná, de diversas disciplinas, oriundos de diversas cidades do estado.

Foram enviados questionários via e-mail para 25 cursistas de umas das turmas deste curso. Deste 5 retornaram.

Foram realizadas também entrevistas com a coordenação no curso na Universidade Federal do Paraná e a tutora desta turma.

O objetivo é avaliar as percepções de cada um dos atores envolvidos quanto à importância dos encontros presenciais.

As entrevistas foram realizadas via e-mail, afim de tornar a comunicação mais dinâmica e garantir o registro de forma escrita.

### 7.2 Instrumento e análise dos resultados.

O questionário enviado aos cursistas é composto de 10 perguntas, sendo uma aberta e nove objetivas, das quais o cursista deveria escolher a resposta que mais se aproxima de sua opinião. As questões são afirmativas retiradas das objetivações em se realizar encontros presenciais encontrados na bibliografia estudada, afim de verificar se as proposições encontradas nestes referenciais estiveram presentes neste curso ou não. Para cada afirmativa existem três opções de resposta: concordo, concordo parcialmente e discordo.

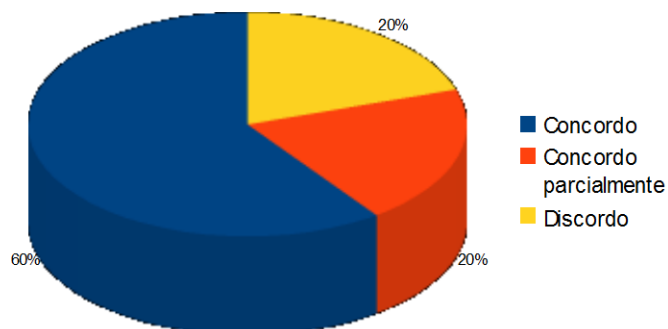
As duas primeiras questões são direcionadas a aferir o nível de experiência em EaD. Esta análise se faz fundamental na medida em que um dos argumentos

encontrados na revisão de literatura para a realização de encontros presenciais seria a necessidade de familiarização com as ferramentas utilizadas no curso. Caso o instrumento demonstrasse que os cursistas já possuem experiências anteriores e bom domínio destas ferramentas essa justificativa não caberia para a realização de encontros presenciais.

De fato 100% dos entrevistados afirmaram possuir experiência em cursos à distância, sendo que em 60% destes haviam encontros presenciais. Estes tem portanto, condições de analisar os encontros presenciais para além da experiência deste curso, enquanto aqueles que pela primeira vez cursaram um curso de EaD com encontros presenciais provavelmente pautam suas opiniões à partir das experiências deste curso. Presume-se, à partir desta análise, que para os entrevistados não existe a necessidade de realização de encontros presenciais para esclarecimentos sobre a utilização das ferramentas do curso. Contudo, a maioria dos cursistas não respondeu o questionário, que foi enviado via e-mail e via fórum. O fato de não responderem pode significar a falta de domínio destas ferramentas, além da não disponibilidade de tempo frente a outros interesses ou simplesmente não desejarem responder.

Dos entrevistados 60% afirmaram possuir um bom nível de domínio de informática.

Gráfico 1: Possui bom domínio de informática.



Destas duas questões conclui-se que para os estudantes que responderam ao questionário já possuem experiência considerável em EaD, e domínio de suas ferramentas, de forma que para estes os encontros presenciais não são primordiais

sob o ponto de vista da necessidade de instrumentação técnica para acesso às ferramentas do curso.

Esta avaliação está de acordo com a entrevista realizada com a coordenação do curso, segundo a qual uma das possíveis alterações previstas para as próximas edições deste curso seria a realização de pólos regionais, com tutores mais próximos fisicamente dos alunos.

Ao perguntarmos à professora Silvia Teresa Sparano Reich, coordenadora de tutoria deste curso, sobre a necessidade de adequações na carga horária e no formato dos encontros presenciais, afirmou que:

As próximas ofertas serão realizadas em municípios-pólos, com turmas menores e com apoio de tutores para o desenvolvimento de atividades presenciais periódicas, além dos encontros presenciais de início e final de módulo. Isto vai possibilitar a realização de oficinas, vai oportunizar a formação de grupos de estudo presenciais, entre outras dinâmicas que não foram possíveis realizar com o grande grupo que tivemos nesta primeira turma.

Este novo formato possibilitaria aqueles cursistas que não tem maior domínio e experiência em cursos de EaD o auxílio necessário, evitando que nos encontros presenciais nos quais a presença de todos seja obrigatória parte do tempo seja utilizado para essas instruções, que para aqueles mais experientes, poderiam ser redundantes, evitando também custos desnecessários com deslocamento para aqueles que não sintam a necessidade destas instruções.

Embora exista a obrigatoriedade da realização de encontros presenciais, e possivelmente existam justificativas sob o ponto de vista pedagógico para a realização destes, algumas vezes os encontros presenciais podem depor quanto a uma das principais vantagens dos cursos em EaD, a adequação ao tempo e lugar de estudo para as necessidades dos alunos.

Segundo a cursista Ana<sup>2</sup>, ao ser questionada sobre a relevância dos encontros presenciais realizados (questão de número 3, aberta) :

Acredito que os encontros são importantes, uma vez que algumas dúvidas podem ser sanadas durante as aulas presenciais. Cabe ressaltar, no entanto, que os encaminhamentos dados nesse tipo de encontro presencial podem ou não contribuir para o sucesso do encontro, tornando-o produtivo ou não.

---

2 Os nomes utilizados são fictícios.

O cursista João aparenta concordar:

Caso os encontros tivessem parte prática, não apenas expositiva e provas, seria muito mais produtiva, pois, da forma como aconteceram, não vejo tamanha necessidade destes encontros.

Contudo, há aqueles cursistas que acreditam ser relevante a realização de encontros presenciais, pois, como afirma a estudante Joana:

Os encontros presenciais oferecidos pelo curso oportunizaram aos alunos a se conhecerem, trocar experiências, sanar dúvidas e até mesmo fazer amizades. Acho de extrema importância esses encontros, pois aproximam os alunos com o curso, com tutores, com coordenação, nos fazendo sentir-se verdadeiramente membro do curso, construindo assim a ideia de um curso sério e valorizado.

A questão de número 8 afirmava que os encontros não são relevantes, servindo apenas para cumprir as exigências legais. Esta questão tinha por objetivo induzir o entrevistado a refletir sobre o real significado destes encontros. Do total de respostas, 60% dos cursistas afirmaram discordar desta proposição, ou seja, para eles os encontros são necessários, independente de serem uma exigência legal, enquanto que para 20% esta afirmativa é parcialmente verdadeira, indicando de dependendo da forma como forem realizados estes encontros eles podem se justificar para além das exigências legais, enquanto que outros 20% afirmam que concordam completamente com esta afirmação, ou seja, para estes os cursos de EaD poderiam prescindir de encontros presenciais sem ter sua qualidade afetada.

### Afirmativa 8

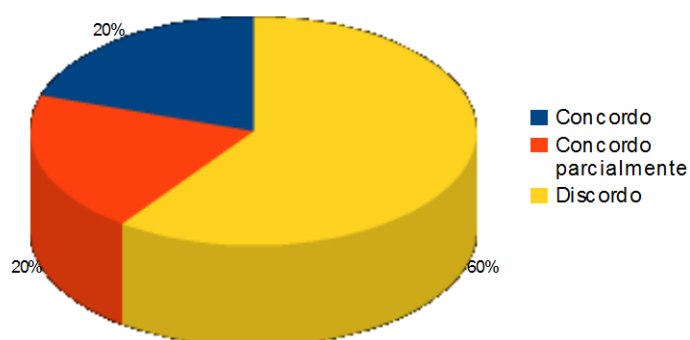
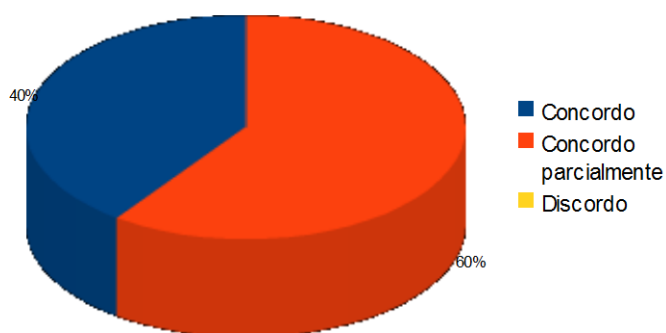


Gráfico 2: Os encontros presenciais servem apenas para atender a uma demanda legal, não sendo decisivos para a formação dos educandos.

Gráfico 3: Os encontros presenciais foram marcantes para sua formação neste curso.

### Afirmativa 4

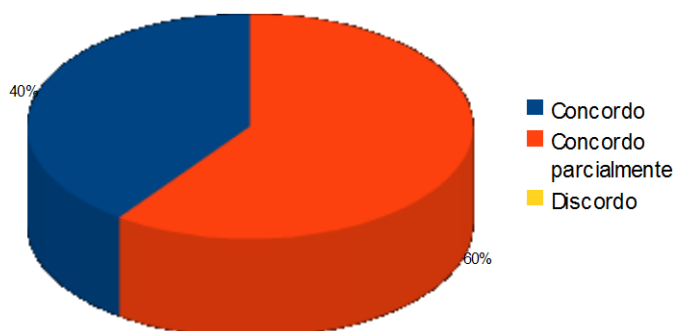


A 5ª afirmativa teve por objetivo verificar de forma ampla a importância conferida pelos estudantes quanto a encontros presenciais em cursos de EaD de uma forma geral, para além da experiência deste curso. Os resultados indicam que este é um assunto ainda muito polêmico, uma vez que a maioria dos entrevistados, 60%, indicaram não ter muita segurança para defender a necessidade ou não, optando assim pela segunda opção, ou seja, concordo parcialmente, enquanto para

os outros 40% sem dúvidas existe a necessidade de encontros presenciais em cursos de EaD.

Gráfico 4: Considera importante que uma parte da carga horária do curso seja voltada a encontros presenciais.

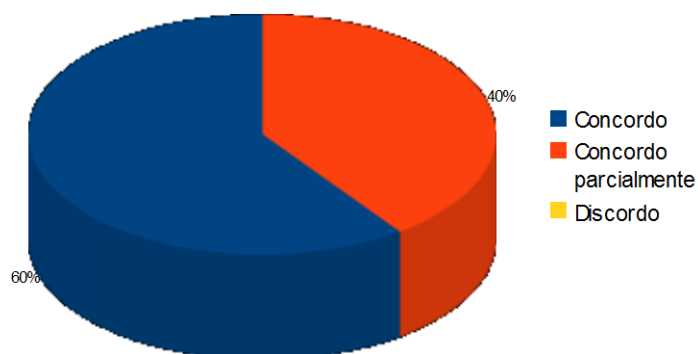
#### Afirmativa 5



A sexta alternativa buscava avaliar a importância da realização de encontros presenciais para esclarecimentos sobre questões administrativas relativas ao curso. De fato a maioria dos estudantes afirmaram que os encontros presenciais foram importantes para esclarecimentos sobre a organização do curso.

Gráfico 5: Os encontros presenciais são importantes para esclarecimentos sobre questões administrativas.

#### Afirmativa 6



A afirmativa de número sete busca avaliar a importância dos encontros presenciais para maiores esclarecimentos sobre os conhecimentos estudados no curso. Refere-se essencialmente ao conteúdo específico das disciplinas, e a possibilidade dos professores conteudistas esclarecerem os conceitos de forma mais clara, que não foram possíveis de serem esclarecidos através dos materiais de apoio, nas atividades realizadas e no contato com os tutores.

De fato, maioria dos entrevistados, em um total de 60%, afirmaram concordar parcialmente com esta necessidade. Pode-se concluir então que os encaminhamentos do curso como os textos disponibilizados, as tarefas realizadas e outras estratégias foram suficientes para compreensão satisfatória dos conceitos ou que os encontros presenciais, embora contassem com a presença dos professores conteudistas não foram suficientes para sanar as dúvidas, não cumprindo com o objetivo de aprofundar e ampliar o entendimento dos alunos com relação aos conhecimentos estudados no curso. Para os outros 40% os encontros presenciais foram importantes para aumentar a compreensão sobre os conhecimentos estudados, sendo portanto importantes também por este motivo.

#### Afirmativa 7

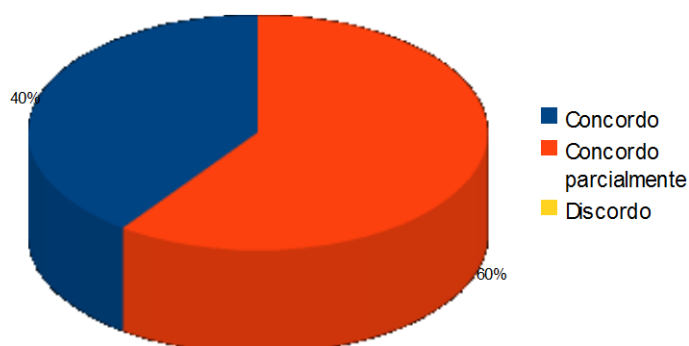


Gráfico 6: Os encontros presenciais foram importantes para aumentar a compreensão sobre os conhecimentos estudados no curso.

Encontramos também na bibliografia estudada a afirmativa de que para muitos estudantes de cursos à distância, existe a necessidade de encontros presenciais para que estes se sintam de fato parte de um curso, como integrantes de um grupo/equipe, conferindo maior legitimidade ao curso. Uma vez se sentindo parte de um grupo, estes avaliariam o curso como sendo um curso “mais sério”, se dedicando mais e valorizando mais os resultados obtidos. Esse sentimento de pertencimento também auxiliaria na diminuição das evasões e desistências do curso.

Desta forma as duas últimas afirmativas buscavam avaliar se para os estudantes da especialização em mídias os encontros presenciais foram importantes para o sentimento de pertencimento a um curso e a uma equipe, respectivamente.

Um pouco mais da metade dos entrevistados afirmaram que concordam parcialmente com esta premissa, ou seja, embora os encontros presenciais tenham auxiliado no sentimento de pertencimento a um curso não foram determinantes para isso, de forma que se não ocorressem os encontros presenciais ainda se sentiriam parte de um curso de especialização.

Uma das hipóteses para este resultado é a de que os estudantes são professores que já possuem um maior contato com a EaD, de forma que os preconceitos relativos a esta modalidade podem estar mais bem resolvidos e a discriminação com relação aos cursos presenciais pode estar bastante diminuída.

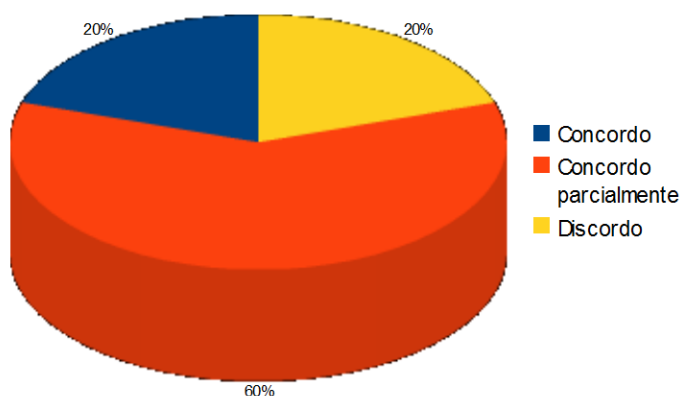
Outra hipótese é a de que os encontros presenciais, na forma como foram planejados e realizados não foram suficientes para cumprir com esta característica. De fato 20% dos entrevistados afirmaram que os encontros presenciais não foram determinantes para este sentimento de pertencimento. Porém para outros 20% os encontros presenciais foram essenciais para se sentirem de fato parte de um curso de especialização.

Se somarmos os que concordam com os que concordam parcialmente perceberemos que para a maioria dos cursistas os encontros presenciais tiveram relevância para o sentimento de pertencimento a um curso de especialização. Para estes, possivelmente, se não houvessem os encontros presenciais, embora titulados como especialistas não se sentiriam como tais, ou ao menos, se sentiriam menos qualificados que outros profissionais que por ventura realizassem um curso semelhante de forma presencial.



Gráfico 7: Os encontros presenciais foram importantes para o sentimento de pertencimento a um curso de especialização.

#### Afirmativa 9



Já quanto ao sentimento de grupo/equipe, relativo a se identificar como parte de um grupo que se diferencia, portanto influi na formação da identidade do professor, e também no sentimento de pertencimento de equipe, ou seja, se reconhecer sob as mesmas condições que outros indivíduos compartilhando com estes as idéias, desafios, os avanços e limites, os resultados diferenciaram-se da afirmativa anterior, ou seja, o fato de se reconhecer pertencente a um curso não significa se reconhecer pertencente a um grupo equipe.

Embora 20% dos entrevistados afirmaram que os encontros presenciais foram importantes para o sentimento de pertencimento a um curso, 40% afirmaram que estes encontros foram importantes para se sentirem parte de uma equipe. Pode-se concluir daí que embora já exista uma maior reconhecimento sobre a qualidade dos cursos de EaD, estes ainda não conseguem criar um ambiente de pertencimento a uma equipe por vias virtuais, sendo então necessários encontros presenciais para que este sentimento de pertencimento a uma equipe se fortaleça. Outros 40% concordaram parcialmente com esta afirmativa e apenas 20% afirmaram discordar completamente dela. Para estes, pode ser que a forma como foi concebido e executado os encontros presenciais não foram suficientes para cumprir com esta função, e desta forma pode-se pensar novas estratégias para as próximas edições

deste curso de forma a privilegiar estratégias que incentivem a este sentimento de pertencimento.

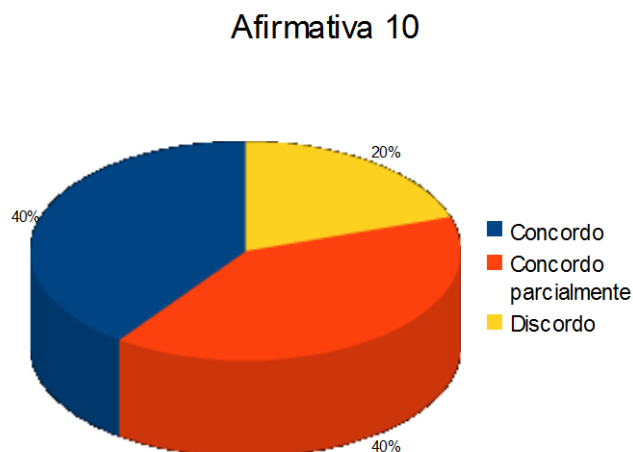


Gráfico 8: Os encontros presenciais foram importantes para estabelecer um sentimento de pertencimento a uma equipe.

## 8. Conclusões

Sob as diversas justificativas estudadas, como o aspecto legal, as recomendações qualitativas ou a avaliação de gestores e estudantes, os encontros presenciais são entendidos como importantes, e até mesmo indispensáveis para a qualidade da formação ofertada para este curso.

Entre as justificativas para a importância destes encontros está a necessidade de comprovar que o estudante de fato domina os conhecimentos estudados, podendo assim ser certificado, sendo esta a preocupação central da legislação pertinente que reza sobre a necessidade de encontros presenciais nos cursos à distância.

Contudo, para além desta preocupação, foram encontradas outras justificativas para a realização dos encontros presenciais.

Nos tempos atuais costuma-se utilizar recursos tecnológicos, principalmente a

informática, para a realização dos cursos à distância. Todavia muitas vezes os estudantes que possui menos acesso aos recursos tecnológicos são justamente aqueles que mais precisam dos cursos à distância, necessitando assim de polos que ofereçam os recursos e acompanhamento para a utilização destes.

Além disto existe uma distância entre os professores que compõe o material didático e os alunos, de forma que o aprendizado necessita ser mediado, normalmente através da figura de um tutor. Dúvidas ou a necessidade de maiores aprofundamentos sobre os conhecimentos podem ser realizados nos encontros presenciais.

Outro aspecto importante encontrando tanto na bibliografia quanto nas entrevistas é a necessidade de se sentir parte de um curso tanto quanto parte de uma equipe, de um grupo que possui os mesmos interesses e necessidades.

Destaca-se que muitos estudantes deste curso tiveram de arcar com despesas de deslocamento e hospedagem para participar dos encontros presenciais e mesmo assim afirmaram a importância da realização destes.

Contudo são necessárias novas pesquisas para aprofundar o conhecimento sobre os encontros presenciais, suas características pedagógicas e estruturais, o entendimento dos estudantes sobre estes.

Salienta-se que neste estudo as entrevistas foram realizadas via e-mail, de forma que outras pesquisas realizadas de forma pessoal poderiam indicar novos resultados, uma vez que aqueles que responderam a este trabalho possivelmente possuem mais acesso às ferramentas de tecnologia e maior facilidade de operação destas, de forma que novas pesquisas podem confirmar ou alterar as conclusões desta.

**Referências Bibliográficas:**

BRASIL. **Decreto 5.622**, de 19 de Dezembro de 2005. Casa Civil. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)>.

Acesso em: 29 Nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 29 Nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância. **Ministério da Educação**. Brasília, 2007. Disponível em:

<portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 29 Nov. 2010.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. Ead & Presencial. Disponível em: <<http://www.uab.unb.br/index.php/institucional/metodologia/ead-a-presencial>>. Acesso em: 29 Nov. 2010.

\_\_\_\_\_. O que é?. Disponível em:

<[http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6&Itemid=18](http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=18)>. Acesso em: 29 Nov. 2010.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

**Sinopse estatística da educação superior – 2000**. Brasília : O Instituto, 2001.